

PMDB só pedirá aumento do mínimo após convenção

BRASÍLIA — O PMDB parece dar sinais de que está recuando da sua exigência de um aumento do salário mínimo em 1º de agosto. O líder do partido no Senado, Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), disse, após participar da reunião do Conselho Político do Governo, que o PMDB vai esperar a realização de sua convenção partidária e só então negociará com o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, uma elevação "o mais rápido possível" para o mínimo, não citando porém datas. "O PMDB acha que o mínimo não deve ser um indexador da economia e esse novo tratamento deve ser uma questão a ser inserida dentro da Constituição", explicou Fernando Henrique.

Se depender do ministro Bresser Pereira, o salário mínimo só será reajustado no dia 1º de novembro. Ele chegou a esta decisão após discutir com o chefe de sua assessoria econômica, Yoshiaki Nakano, os reflexos negativos de um reajuste salarial imediato, como de princípio queria o PMDB. Nakano advertiu o ministro para um provável desvirtuamento do Plano Bresser com medidas isoladas, como o reajuste do mínimo, que provocaria um novo choque nas finanças dos estados e municípios, onde entre 60% e 80% dos funcionários ganham entre um e três salários mínimos.

A reunião do Conselho Político durou duas horas e começou com uma exposição do presidente José Sarney sobre as perspectivas da economia após o Plano Bresser. De acordo com o líder do PFL, senador Carlos Chiarelli (PFL-ES), o presidente se mostrou otimista, apontando que a inflação deve atingir os 3% entre 15 de junho e 15 de julho. O deputado José Lourenço (PFL-BA) disse porém que pelas projeções apresentadas por Sarney a inflação ficará entre 3 e 4%.

— O presidente mostrou sintomas valiosos de que a economia está se recuperando, como, por exemplo, o aumento de 23% nas

vendas dos bens duráveis. Também mostrou uma pesquisa realizada nos grandes centros em que 50% da população apoiam o Plano Bresser — revelou Lourenço.

Chiarelli por sua vez aproveitou para negar que o congelamento esteja com seus dias contados.

— Não existe qualquer autorização do presidente para que o congelamento seja suspenso. O objetivo é o de preservar o prazo inicial de 90 dias, mas isso não quer dizer que possa ser prorrogado — disse o líder do PFL.

A posição do ministro da Fazenda contra o reajuste do mínimo — que parece ser inflexível — poderá acirrar ainda mais os ânimos dos peemedebistas que se reunirão em convenção nacional nos dias 18 e 19. Até a semana passada, Bresser Pereira estava deixando a questão no âmbito do Ministério do Trabalho, mas agora está disposto a interferir, para impedir qualquer reajuste, especialmente o de 51%, como pretendia o PMDB até a reunião de ontem, que elevaria o mínimo para C\$ 3 mil.

Alugueis — Na reunião do Conselho Político, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, informou aos parlamentares do PMDB e PFL que a nova Lei do Inquilinato será elaborada fundindo-se dois projetos que tramitam no Congresso e deverá ser votada antes do término do prazo de suspensão da execução de ações de despejos, que é de 90 dias.

O senador Fernando Henrique revelou por sua vez após o encontro que o projeto de lei do Software será votado no Senado a partir de 1º de agosto e deverá passar na íntegra. Já a questão da organização sindical, segundo os parlamentares dos dois partidos, dependerá de acordos. O deputado Luiz Henrique, líder do PMDB na Câmara, defendeu que a organização sindical seja estudada apenas depois de terminados os trabalhos da Constituinte.